

# NÍVEL INICIAL



Educação básica

Data de atualização: 05/2019

## Nível inicial

A educação infantil ocupa um lugar de destaque cada vez maior na agenda educativa. Em setembro de 2015, os 193 Estados-membros das Nações Unidas aprovaram por unanimidade os 17 objetivos que compõem a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nesse contexto, foi definido o Objetivo nº 4: “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas”. Uma das dez metas contempladas no referido objetivo é “garantir que todas as meninas e todos os meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para a educação primária”.

### Estrutura e obrigatoriedade

O nível inicial é a primeira etapa escolar dos sistemas nacionais de educação. No Brasil, Equador, México, Nicarágua, Panamá, Peru e Venezuela, o nível inicial faz parte da educação básica.

A depender do país, essa etapa é destinada a crianças entre 45 dias e 6 anos. Ao todo, esse grupo populacional, composto de aproximadamente 72,8 milhões de crianças, representa 11% da população total.

De acordo com o Sistema de Classificação Internacional Normalizada da Educação – CINE (*International Standard Classification of Education – ISCED*) desenvolvido pela UNESCO, os programas educacionais voltados à primeira infância (CINE 0) são caracterizados por sua flexibilidade e abordagem holística. O objetivo desses programas é contribuir para o “desenvolvimento cognitivo, físico, social e emocional das crianças e familiarizar as crianças pequenas com a instrução organizada fora do ambiente familiar”.

Dentro dos programas educacionais classificados como CINE 0, a UNESCO diferencia os que estão orientados ao desenvolvimento educacional da primeira infância (CINE 0 10) e os destinados à educação pré-primária (CINE 0 20). Os primeiros são para crianças de 0 a 2 anos e os segundos, para crianças de 3 anos até o início da educação primária.

Os programas de nível CINE 0 são oferecidos em ambientes institucionalizados (escolas, centros comunitários e casas) e desenvolvidos para atender grupos de crianças. Não estão contempladas nesse nível as iniciativas de educação informal (realizadas por pais, familiares e/ou amigos) e os programas sem intenção educativa, focados na atenção, nutrição e saúde das crianças.

Com exceção do caso de Cuba, o último ano do nível inicial é obrigatório em todos os países que compõem a região latino-americana. No México, Equador,

Peru e Venezuela, a etapa de escolaridade obrigatória começa aos 3 anos. Na Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Panamá e Uruguai, aos 4 anos. No Chile, República Dominicana, Colômbia, Nicarágua, Honduras e Paraguai, aos 5 anos.

Observa-se uma tendência a ampliar a etapa obrigatória da educação considerando idades cada vez mais precoces. A República Bolivariana da Venezuela foi pioneira em estabelecer a obrigatoriedade da pré-escola (para crianças de 5 anos) em 1980, enquanto a Argentina, Guatemala, Colômbia e Panamá o fizeram no início da década de 1990. El Salvador, República Dominicana, Paraguai e Uruguai implementaram a medida durante o período 1996-1998, o Peru e México entre 2003 e 2004, enquanto a Nicarágua e a Bolívia antes do final dos anos 2000. Costa Rica, Equador, Honduras, Brasil e Chile foram os últimos países da região a estabelecer o caráter obrigatório do último ano do nível inicial.

## Estrutura do nível inicial (CINE 0) por país, 2018. América Latina, 19 países

País		Idade						Ano em que se estabelece a obrigatoriedade do nível inicial	
		0	1	2	3	4	5		6
Argentina	DO	Inicial (Maternal)			Inicial (Jardim de infância)			1993 (5 anos) - 2015 (4 anos)	
	OB				Obrigatório				
Bolívia	DO		Educação inicial em família Comunitária, não escolarizada			Educação em família Comunitária, escolarizada		2015 (4 e 5 anos)	
	OBL					Obrigatório			
Brasil	DO	Educação Infantil - Creches			Pré-escolar			2009 (4 e 5 anos)	
	OBL				Obrigatório				
Chile	DO	Berçário	Berçário maior	Nível médio menor	Nível médio maior	Primeiro nível transição	Segundo nível transição	2013 (5 anos)	
	OBL						Obrigatório		
Colômbia	DO				Pré-jardim	Jardim	Grau de transição	1994 (5 anos)	
	OBL						Obrigatório		
Costa Rica	DO				Ciclo materno infantil	Ciclo de transição	Ciclo de transição	2015 (4 e 5 anos)	
	OBL					Obrigatório			
Cuba	DO	Eucação pré-escolar não institucional	Educação pré-escolar institucional					n/c	
	OBL	Não obrigatório							
Equador	DO	Inicial 1, Educação infantil familiar comunitária			Inicial 2		Preparatória	2011 (5 anos)	
	OBL						Obrigatório		
El Salvador	DO	Inicial			Parvularia <sup>1</sup>			1996 (4, 5 e 6 anos)	
	OBL				Obrigatório				
Guatemala	DO	Inicial			Pré-primária			1993 (4, 5 e 6 anos)	
	OBL				Obrigatório				
Honduras	DO	Inicial			Pré-básica			2011 (5 anos)	
	OBL				Obrigatório				
México	DO	Inicial			Pré-escolar			1993, alterada em 2002 (3, 4 e 5 anos)	
	OBL				Obrigatório				
Nicarágua	DO	Inicial			Pré-escolar				2006 (5 anos)
	OBL				Obrigatório				
Panamá	DO	Inicial			Pré-jardim	Jardim de Infância		1995 (4 e 5 anos)	
	OBL				Obrigatório				
Paraguai	DO	Jardim maternal			Jardim de Infância	Pré-escolar		2010 (5 anos)	
	OBL				Obrigatório				
Peru	DO	Inicial não escolarizado			Inicial escolarizado			2003 (3, 4 e 5 anos)	
	OBL				Obrigatório				
República Dominicana	DO	Inicial						1997 (5 anos)	
	OBL								Obrigatório
Uruguai	DO	Educação na Primera Infância			Inicial			2009 (4 e 5 anos)	
	OBL				Obrigatório				
Venezuela	DO	Maternal			Pré-escolar			1980 (3, 4 e 5 anos)	
	OBL				Obrigatório				

<sup>1</sup>Termo original em espanhol que, em El Salvador, corresponde à educação pré-primária (CINE 0).

Fonte: SITEAL, com base na regulamentação de cada país.

DO = Denominação original.

OB = Etapa de escolaridade obrigatória.

### **Cobertura e investimento**

Em meados da década de 2010, a taxa de escolaridade de crianças de 5 anos variava entre 98,6% (Uruguai) e 31,4% (Guatemala). Em sete países, oscilava entre 90% e 98% (México, Chile, Argentina, Equador, Venezuela, Peru e Brasil), ficando entre 71% e 89% em oito países (Colômbia, República Dominicana, Panamá, Costa Rica, Paraguai, Honduras, El Salvador e Bolívia). Na Nicarágua, essa taxa era de aproximadamente 62%.

Com exceção do último país, a taxa de escolaridade de crianças de 5 anos aumentou durante o período 2005-2015. O Paraguai se destaca nesse sentido, onde a taxa praticamente dobrou. Em Honduras, Peru, Costa Rica e Bolívia, a proporção de crianças na escola cresceu entre 43% e 55%.

A taxa de escolaridade de crianças de setores mais favorecidos socialmente e das que residem em áreas rurais é consideravelmente maior em comparação com a dos seus pares de setores menos favorecidos e que residem em áreas urbanas. Em termos gerais, observa-se que as diferenças entre estratos sociais e áreas de residência tendem a diminuir à medida que o nível se expande. Embora o hiato associado ao estrato social de origem e à área de residência continue sendo amplo, verifica-se uma redução considerável em praticamente todos os países.

Os países da América Latina destinam ao nível inicial entre 3% (Nicarágua e Panamá) e cerca de 16% (Chile e Peru) do total dos gastos com educação. Na Guatemala, México, Uruguai e Brasil, o valor investido no nível inicial representa aproximadamente 10% do total de gastos educacionais. Na Argentina, trata-se de pouco mais de 8%. Em El Salvador, Honduras e Venezuela, representa cerca de 7%. No Paraguai e Costa Rica, é de aproximadamente 6%. Na Colômbia, Bolívia, Equador e República Dominicana, fica entre 4% e 5%.

## Taxa de escolaridade de crianças de 5 anos e gastos públicos com educação inicial. América Latina, 18 países

País	Taxa de escolarização (cca. 2015)			Variação cca. 2005 - cca. 2015			Gasto público no nível inicial como porcentagem do gasto total em educação
	Total	Rural	Baixo clima escolar	Total	Rural	Baixo clima escolar	
Argentina	95,5	s/d	90,3	1,3	s/d	0,0	8,2%
Bolívia	71,8	60,3	65,2	43,1	45,3	73,2	5,0%
Brasil	91,4	87,5	87,0	18,0	42,3	27,0	10,1%
Chile	97,2	94,0	88,1	11,4	34,5	15,5	15,5%
Colômbia	88,7	81,1	80,4	10,1	15,0	17,6	5,7%
Costa Rica	82,4	81,1	73,4	43,2	49,5	64,4	6,1%
Equador	95,0	93,2	90,3	10,6	20,8	18,1	4,8%
El Salvador	72,3	59,9	56,1	26,9	36,7	39,6	7,6%
Guatemala	31,4	21,9	20,1	-11,4	-9,7	-17,9	10,6%
Honduras	73,2	66,6	62,7	55,6	64,7	65,4	7,3%
México	97,4	96,2	92,2	4,1	2,8	8,7	10,4%
Nicarágua	62,0	55,0	52,9	1,6	6,9	14,5	3,6%
Panamá	84,6	74,7	67,3	12,0	10,5	8,9	3,0%
Paraguai	75,4	65,3	56,2	92,4	128,5	90,2	6,1%
Peru	93,0	70,3	90,2	44,4	28,5	109,8	16,6%
República Dominicana	86,9	89,9	82,2	14,3	26,3	18,7	4,2%
Uruguai	98,6	99,7	98,9	3,6	19,3	10,2	10,2%
Venezuela	93,3	s/d	84,8	10,2	s/d	15,5	7,2%

Fonte: SITEAL, com base nas Pesquisas Domiciliares de cada país. (a) = CIMA-BID.

## Política educacional

A política educacional voltada à etapa de escolaridade obrigatória é composta pelo conjunto articulado, regulamentado e direcionado de investimentos, bens, serviços e repasses, por parte dos Estados, para garantir o direito à educação. Também contempla as decisões e a capacidade que os Estados demonstram para sustentar o sistema educacional e reduzir as diferenças de escolaridade entre os diferentes grupos sociais.

Os recursos destinados pelos Estados para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem da população dentro do sistema educacional estão concentrados em pelo menos quatro focos. O primeiro foco de intervenção da política educacional são os professores. Assim, a maior parte dos recursos destinados à educação é utilizada para a formação inicial, o trabalho dos docentes e os salários.

Formação docente (inicial e em serviço)	
Denominação	Ênfase em inclusão e equidade
"Educación Sexual Integral" ("Educação Sexual Integral", em tradução livre) (Argentina)	<i>Não há registro.</i>
"Todos a aprender: Programa para la Transformación de la Calidad Educativa" ("Vamos todos aprender: Programa para a Transformação da Qualidade Educacional") (Colômbia)	Formação de tutores para fortalecer a interação docente/comunidade educacional.
"Unidades Educativas del Milenio" ("Unidades Educacionais do Milênio") e "Programa de Infraestructura Educativa" ("Programa de Infraestrutura Educacional") (Equador)	Áreas geográficas com alta concentração de crianças socialmente vulneráveis.
"Programa Nacional de Infraestructura para la Universalización de la Educación con Calidad y Equidad" ("Programa Nacional de Infraestrutura para a Universalização da Educação com Qualidade e Equidade") (Equador)	Áreas geográficas com alta concentração de crianças socialmente vulneráveis, déficits nos serviços educacionais, com populações indígenas e afrodescendentes.
"Sistema Integral de Tecnologías para la Escuela y la Comunidad" ("Sistema Integral de Tecnologias para a Escola e a Comunidade") (Equador)	<i>Não há registro.</i>
"Programa Cerrando la Brecha de Conocimiento" ("Programa Fechando a Lacuna de Conhecimento") (El Salvador)	<i>Não há registro.</i>

“Programa Maestros Comunitarios” (“Programa Professores Comunitários”) (Uruguai)	Formação de docentes tutores para o acompanhamento personalizado de estudantes.
“Plano Ceibal” (Uruguai)	<i>Não há registro.</i>

O segundo foco de intervenção é a infraestrutura educacional. Um grande volume de recursos é destinado para manter, expandir, reabilitar, equipar e fornecer tecnologia para a rede de serviços educacionais.

Infraestrutura, equipamentos e fornecimento de tecnologia	
Denominação	Ênfase em inclusão e equidade
“Programa de Apoyo a la Política de Mejoramiento de la Equidad” (“Programa de Apoio à Política de Melhoria da Equidade Educacional”) Educativa (Argentina)	<i>Não há registro.</i>
“Proyectos de Telecentros Educativos Comunitarios” (“Projetos de Telecentros Educacionais Comunitários”) (Bolívia)	<i>Não há registro.</i>
“Centros de Apoyo Integral Pedagógico” (“Centros de Apoio Pedagógico Integral”) – CAIPs (Bolívia)	Crianças que residem em penitenciárias.
“Todos a aprender: Programa para la Transformación de la Calidad Educativa” (“Vamos todos aprender: Programa para a Transformação da Qualidade Educacional”) (Colômbia)	<i>Não há registro.</i>
“Programa Nacional de Informática Educativa” (“Programa Nacional de Informática Educacional”) – PRONIE MEP-FOD (Costa Rica)	<i>Não há registro.</i>
“Unidades Educativas del Milenio” (“Unidades Educacionais do Milênio”) e “Programa de Infraestructura Educativa” (“Programa de Infraestrutura Educacional”) (Equador)	Áreas geográficas com alta concentração de crianças socialmente vulneráveis.
“Sistema Integral de Tecnologías para la Escuela y la Comunidad” (“Sistema Integral de Tecnologias para a Escola e a Comunidade”) (Equador)	<i>Não há registro.</i>
“Programa Nacional de Infraestructura para la Universalización de la Educación con Calidad y Equidad” (“Programa Nacional de Infraestrutura para a Universalização da Educação com Qualidade e Equidade”)	Áreas geográficas com alta concentração de crianças em situação de vulnerabilidade social, déficits nos serviços educacionais, com populações indígenas e



(Equador)	afrodescendentes.
“Programa Cerrando la Brecha de Conocimiento” (“Programa Fechando a Lacuna de Conhecimento”) (El Salvador)	<i>Não há registro.</i>
Programa Presidencial “Una niña, un niño, una computadora” (“Uma menina, um menino, um computador”) (El Salvador)	<i>Não há registro.</i>
“Programa para la Inclusión y la Equidad Educativa” (“Programa de Inclusão e Equidade Educacional”) (México)	Adaptação de instituições de ensino a estudantes com deficiência.
“Mi Escuela Primero” (“Minha Escola Primeiro”) (Panamá)	<i>Não há registro.</i>
“Programa Nacional de Infraestructura Educativa” (“Programa Nacional de Infraestrutura Educacional”) – PRONIED (Peru)	<i>Não há registro.</i>
“Plano Ceibal” (Uruguai)	<i>Não há registro.</i>

Um terceiro foco de intervenção da política educacional são os recursos e ações para definir os conteúdos curriculares e estabelecer modelos para sua gestão nas escolas.

Currículo, modelo de gestão e modalidades educacionais	
Denominação	Ênfase em inclusão e equidade
“Programa Centros de Apoyo Integral Pedagógico” (“Programa Centros de Apoyo Pedagógico Integral”) – CAIPs (Bolívia)	Modalidade educacional e currículo adaptado a crianças que vivem em penitenciárias.
“Todos a aprender: Programa para la Transformación de la Calidad Educativa” (“Vamos todos aprender: Programa para a Transformação da Qualidade Educacional”) (Colômbia)	Modelo de gestão voltado à inclusão, com base em tutorias.
“Programa Nacional de Etnoeducación” (“Programa Nacional de Etnoeducación”) (Colômbia)	Modalidade educacional voltada a grupos étnicos.
“Educación de la Sexualidad con Enfoque de Género y Derechos Sexuales” (“Educação da Sexualidade com Abordagem de Gênero e Direitos Sexuais”) (Cuba)	<i>Não há menção.</i>

“Sistema Integral de Tecnologías para la Escuela y la Comunidad” (“Sistema Integral de Tecnologias para a Escola e a Comunidade”) (Equador)	Conteúdo digital em línguas indígenas.
“Sistema Integrado de Escuela Inclusiva de Tiempo Pleno” (“Sistema Integrado de Escola Inclusiva de Tempo Integral”) – SI EITP (El Salvador)	Modelo de gestão voltado à inclusão, baseado, entre outras estratégias, na ampliação da jornada escolar.
“Educación Integral de la Sexualidad” (“Educação Integral da Sexualidade”) – EIS (El Salvador)	<i>Não há menção.</i>
“Programa Hondureño de Educación Comunitaria” (“Programa Hondurenho de Educação Comunitária”) – PROHECO (Honduras)	Oferta educacional de base comunitária em regiões de difícil acesso e alta concentração de população socialmente vulnerável.
“Programa de Educación Inicial y Básica para la Población Rural e Indígena” (“Programa de Educação Infantil e Básica para a População Rural e Indígena”) (México)	Oferta educacional de base comunitária em áreas geográficas com alta concentração de população indígena.
“Escuelas de Tiempo Completo” (“Escolas de Tempo Integral”) (ETC) (Uruguai)	Modalidade educacional voltada à população socialmente vulnerável.
“Educación Sexual Integral” (“Educação Sexual Integral”, em tradução livre) (Argentina)	<i>Não há menção.</i>

Por fim, em muitos casos mobilizando recursos *de e para* os focos de intervenção mencionados anteriormente, registra-se uma série de ações para expandir as oportunidades de acesso, permanência e aprendizagem dentro do sistema educacional. Esse conjunto de ações foi agrupado no quarto e último foco de intervenção da política educacional, que foi chamado de “inclusão e equidade”.

Em geral, essas intervenções têm como público os grupos sociais e as áreas geográficas onde são registradas as menores taxas de escolaridade, onde é maior a proporção de crianças e adolescentes que interromperam precocemente suas trajetórias escolares e/ou onde são observadas dificuldades para a apropriação dos conteúdos curriculares. Os grupos priorizados são crianças, adolescentes e jovens que residem em áreas rurais ou afastadas, que fazem parte de famílias com carência material persistente, deficientes, pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, entre outras causas, devido à sua etnia, status migratório, práticas culturais, identidade de gênero ou orientação sexual.

No conjunto de experiências agrupadas no foco “inclusão e equidade”, destacam-se as que dependem do repasse direto de recursos financeiros e bens (alimentos, livros didáticos, uniformes, entre outros) para famílias,

crianças e adolescentes escolarizados ou, ainda, para os responsáveis pela gestão das instituições de ensino.

Em outros casos, o foco “inclusão e equidade” se configura como o agrupamento transversal de recursos e ações voltadas a professores, infraestrutura, conteúdo curricular e modelos de gestão.

Além disso, a adequação da infraestrutura escolar destinada a facilitar o processo de escolarização de pessoas com deficiência, a formação de professores tutores especializados no acompanhamento personalizado de alunos e as modalidades educacionais voltadas à inclusão de populações historicamente atrasadas (modalidade especial, comunidade indígena, etnoeducação, à distância ou semipresencial, em penitenciárias, entre outras) são algumas das experiências contempladas no referido foco de intervenção.

A seguir, apresenta-se um conjunto – não exaustivo – de intervenções relevantes empreendidas pelos Estados latino-americanos para garantir o direito à educação de nível inicial.

<b>Transferência direta de verbas e bens voltados à inclusão e equidade</b>
"Asignación Universal por Hijo" ("Atribuição Universal por Filho") – AUH (Argentina)
"Programa Nacional de Alimentación Complementaria Escolar" ("Programa Nacional de Alimentação Complementar Escolar") (Bolívia)
"Programa de Alimentación Escolar" ("Programa de Alimentação Escolar") – PAE (Colômbia)
"Más Familias en Acción" ("Mais Famílias em Ação") (Colômbia)
"Programa de Transporte Estudiantil" ("Programa de Transporte Estudantil") – TE (Costa Rica)
"Programa de becas" ("Programa de Bolsas") – FONABE (Costa Rica)
"Programa de Alimentación y Nutrición del Escolar y del Adolescente" ("Programa de Alimentação e Nutrição para Escolares e Adolescentes") – PANEA (Costa Rica)
"Subvención Escolar Preferencial" ("Auxílio Escolar Preferencial") (Chile)
"Bono de Desarrollo Humano" ("Benefício de Desenvolvimento Humano") (Ecuador)
"Programa de Alimentación Escolar y Programa de Entrega de Textos Escolares" ("Programa de Alimentação Escolar e Programa de Entrega de Livros Didáticos") (Ecuador)
"Programa de Vaso de Leche Escolar" ("Programa Copo de Leite Escolar") (El Salvador)
"Programa Presidencial de Dotación de Uniformes, Zapatos y Útiles Escolares" ("Programa Presidencial para Fornecimento de Uniformes, Calçados e Material Escolar") (El Salvador)
"Programa de Alimentación y Salud Escolar" ("Programa de Alimentação e Saúde Escolar") (El Salvador)
"Sistema Integrado de Escuela Inclusiva de Tiempo Pleno" ("Sistema Integrado de Escola Inclusiva de Tempo Integral") – SI EITP (El Salvador)
"Mi Bono Seguro" ("Meu Benefício Seguro") (Guatemala)
"Programa Tarjeta Para Alimentos" ("Programa Cartão de Alimentação") (Guatemala)
"Bono Vida Mejor" ("Benefício Vida Melhor") (Honduras)
"Programas Escuelas Saludables" ("Programas Escolas Saudáveis") (Honduras)
"Programa de Educación Inicial y Básica para la Población Rural e Indígena" ("Programa de Educação Infantil e Básica para a População Rural e Indígena") (México)
"Programa de Producción y Distribución de Libros de Textos Gratuitos" ("Programa de Produção e Distribuição de Livros Didáticos Gratuitos") (México)
"Programa Albergues Escolares Indígenas" ("Programa Abrigos Escolares Indígenas") (México)
"Programa para la Inclusión y la Equidad Educativa" ("Programa de Inclusão e

Equidade Educacional”) (México)
“Programa Integral de Nutrición Escolar” (“Programa Integral de Nutrição Escolar”) – PINE (Nicarágua)
“Programa Tekoporá” (Paraguai)
“Programa de Provisión de Útiles Escolares” (“Programa de Fornecimento de Materiais Escolares”) (Paraguai)
“Programa Nacional de Apoyo Directo a los más Pobres” (“Programa Nacional de Apoio Direto aos Mais Pobres”) – Juntos (Peru)
“Programa Nacional de Alimentación Escolar Qali Warma” (“Programa Nacional de Alimentação Escolar Qali Warma”) (Peru)
“Programa Bolsa Família” (Brasil)

Fonte: SITEAL, com base em informações obtidas nos sites oficiais de cada país.



Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura



Instituto Internacional de  
Planejamento Educacional  
• IIPE UNESCO Buenos Aires  
• Escritório para a América Latina

# SITEAL

EDUCAÇÃO  
BÁSICA

